



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



MINUTA

CONTRATO PCPA Nº ____/2026
PAE nº 2026/2049100.

RESUMO

CONTRATANTE

Estado do Pará | POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, inscrita no CNPJ/MF nº 00.368.105/0001-06.



CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX



OBJETO

Aquisição de medalhas honoríficas, comendas e brindes institucionais, destinados a atender às solenidades da Polícia Civil do Estado do Pará, com a finalidade de reconhecer, homenagear e valorizar os servidores que se destacam no exercício de suas atribuições funcionais.



LOCAL DE ENTREGA DO BEM

Setor de Patrimônio do Completo da Delegacia Geral da Polícia Civil, bloco B, situado a Avenida Magalhães Barata, 209, bairro de Nazaré, Belém/PA, CEP 66.040-170, no horário compreendido entre 08h00 às 16h00.



VALOR TOTAL

R\$ XXXXXXX. (XXXXXXXXXXXXX).

REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que é 27/01/2026. Após o interregno de um ano, e mediante pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - IBGE, ou outro índice definido pelo Governo Federal que porventura venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PAGAMENTO

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.

Identificador de Autenticação: 8564aa5f-c7e4-4c83-b412-e4004115f3d

Nº do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

abcs 1

Página: 1 de 15



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



Forma Ordem bancária.

Prazo 30 (trinta) dias.

FISCALIZAÇÃO

A fiscal do contrato é a servidora **MAÍRA CRISTINA BARROS DE AZEVEDO**, CPF nº 854.047.642-87, matrícula nº 54185815, lotada na Diretoria de Administração.

VIGÊNCIA

Prazo 12 (doze) meses.

Início A contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1ª

Partes

1.1. Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, por intermédio da **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.368.105/0001-06, com sede na Av. Magalhães Barata nº 209, Bairro: Nazaré, Belém/PA, neste ato representada pelo Delegado-Geral e Ordenador, **DR. RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR**, CPF/MF nº 294.001.712 - 34, nomeado pelo Decreto, de 1 de Abril de 2025 (DOE nº 36.183 de 02 de Abril de 2025).

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na XXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXX, Cidade de XXXX, endereço de e-mail XXX, telefone XXX, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADO (A)**, neste ato representada por XXXXXXXX, brasileiro, XXXX, portador do RG nº XXXXX SSP/PA e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente na Cidade de XXX, Tel.: (XX)XXXXX-XXXX,. E-mail XXXXXXXXXX; XXXXXXXXX.

CLÁUSULA 2ª

Fundamento legal

2.1. O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico nº 900003/2026 – PC/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2026/2049100**, e rege-se pelas disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da **Lei Complementar Federal nº 123/2006** (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), com as alterações introduzidas pela **Lei Complementar nº 147/2014**, do **Decreto Estadual nº 878/2008** (que regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual), aplicando-se, subsidiariamente, a **Lei nº 8.078/1990** (Código de

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.

Fone.: (91) 99988-3779

contratospcpa2@gmail.com

Identificador de autenticação: 8564aa5f-c7ee-4dc3-b41f-4e4004115f3d

Nº do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

fcm

2

Página: 2 de 15



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



Defesa do Consumidor) e a **Lei nº 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), normas às quais a Contratante e a Contratada se submetem.

CLÁUSULA 3ª

Objeto

3.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medalhas honoríficas, comendas e brindes institucionais, destinados a atender às solenidades da Polícia Civil do Estado do Pará, com a finalidade de reconhecer, homenagear e valorizar os servidores que se destacam no exercício de suas atribuições funcionais. A contratação visa assegurar o cumprimento das normas internas da Instituição, bem como a padronização das condecorações e a continuidade das ações institucionais voltadas à valorização do mérito e dos relevantes serviços prestados à sociedade.

3.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.2.1. O Termo de Referência;

3.2.2. O Edital da Licitação;

3.2.3. A Proposta da Contratada;

3.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA 4ª

Vigência e Prorrogação

4.1. O presente contrato terá seu prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato, na forma disposta no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA 5ª

Preço e Descrição

5.1. O valor do presente contrato é de **R\$ xxxxx (xxxxx)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

5.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

LOTE 01 – ITENS DE CONDECORAÇÃO E HOMENAGEM INSTITUCIONAL				
Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Medalha do Mérito Policial Civil , confeccionada em liga de cobre e zinco (latão), com acabamento dourado e esmaltação nas cores institucionais, conforme Manual de Identidade Visual. No anverso, apresenta escudo com estrela de cinco pontas e elementos da	645		

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



	Bandeira do Estado do Pará, circundados por faixa com as inscrições "POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ" e "DO BRASIL, SENTINELA DO NORTE". No reverso, consta a inscrição "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL CIVIL" em alto relevo. Acompanha fita em seda chamalotada nas cores vermelho, azul e branco, barreta, roseta (pin) e estojo em MDF revestido em camurça preta, conforme anexos, nos exatos termos descritos no termo de referência.			
02	Medalha Evanovich de Investigação Policial , cunhada em liga de cobre e zinco (latão), com acabamento dourado, medindo 4 cm x 4 cm, em formato de triângulo equilátero. No anverso, apresenta inscrições em alto relevo com a denominação da medalha, o brasão da Polícia Civil do Estado do Pará e a simbologia de uma lupa. No reverso, consta a inscrição "MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL" em alto relevo. Acompanha fita em seda chamalotada nas cores vermelho, azul e branco, barreta, roseta (pin) e estojo em MDF revestido em camurça preta, conforme anexos, nos exatos termos descritos no termo de referência.	645		
03	Láurea do Mérito Pessoal , moeda corporativa da Polícia Civil do Estado do Pará, cunhada em liga de cobre e zinco (latão), com acabamento dourado, medindo 5 cm de diâmetro e 3,0 mm de espessura. No anverso, apresenta o brasão da Polícia Civil do Estado do Pará em alto relevo. No reverso, consta a inscrição "LÁUREA DO MÉRITO PESSOAL" e o mapa do Estado do Pará com o brasão da Instituição em relevo. Acompanha fita em seda chamalotada nas cores vermelho, azul e branco, barreta, roseta (pin) e estojo em MDF revestido em camurça preta, conforme anexos, nos exatos termos descritos no termo de referência.	300		
04	Medalha Ato de Bravura Policial Civil , instituída pelo Decreto Governamental nº 121, de 23/05/2019, publicada no DOE nº 33.880, de 24/05/2019, cunhada em liga de cobre e zinco (latão), com acabamento dourado. No anverso, apresenta estrela de oito pontas em relevo, com simbologia da ordem pública e o brasão da Polícia Civil do Estado do Pará sobreposto à Bandeira do Estado do Pará, com inscrição "ATO DE BRAVURA POLICIAL CIVIL". No reverso, contém inscrições e elementos em relevo alusivos ao Ato de Bravura. A medalha é acompanhada de fita em seda chamalotada nas cores vermelho, azul e branco, barreta, roseta (pin) e estojo em MDF revestido em camurça preta, conforme anexos, nos exatos termos descritos no termo de referência.	200		
05	Moeda de Homenagem Institucional (Challenge Coin) em formato circular, com dupla face (anverso e reverso), medindo 5,0 cm de diâmetro, 3,5 mm de espessura e peso aproximado de 50 g, cunhada em liga de cobre e zinco (latão), com acabamento dourado e banho metálico em bronze envelhecido (antique finish), com verniz anticorrosivo. Possui borda elevada em alto relevo com acabamento em cordame torcido. No anverso, apresenta o escudo da Polícia Civil do Estado do Pará em alto relevo, com inscrições periféricas "POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ" e "DO BRASIL, SENTINELA DO NORTE". No reverso, contém a figura de uma águia em alto relevo sobre escudo estilizado esmaltado nas cores vermelho, branco e azul, com inscrições "A VIDA INSPIROU A MISSÃO" e "DO MAL COMBATER E BEM RESPEITAR". A esmaltação deverá ser uniforme, polida e resistente ao desgaste. A peça deverá ser acompanhada de invólucro tipo envelope em PVC cristal transparente, conforme anexos, nos exatos termos previstos no termo de referência.	800		
06	Medalha de Mérito de Ensino Policial Civil , cunhada em liga de cobre e zinco (latão), com acabamento prateado, medindo 4,5 cm de ponta a	110		

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



	ponta. No anverso, apresenta escudo germânico com o brasão da Academia de Polícia Civil, composto por livro aberto, Bandeira do Estado do Pará e águia com asas abertas, além das inscrições "ESTADO DO PARÁ" e "ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL". No reverso, contém o mapa do Estado do Pará em metal prateado, com o brasão da Polícia Civil do Pará ao centro, estrela de cinco pontas e inscrições "POLÍCIA CIVIL", "ESTADO DO PARÁ" e "MÉRITO DE ENSINO POLICIAL CIVIL DELEGADO FRANCISCO SALES DE CARVALHO" em alto relevo. Acompanha fita em seda chamalota nas cores vermelho, azul e branco, nos exatos termos descritos no termo de referência.			
Valor Total (Lote 01)				

LOTE 02 – ITENS DE BRINDES E MATERIAIS INSTITUCIONAIS				
Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
07	Canecas institucionais confeccionadas em cerâmica preta, com acabamento liso e uniforme, listras decorativas douradas nas bordas superior e inferior e estampagem centralizada do brasão da Polícia Civil do Estado do Pará. Possuem capacidade de 330 ml, altura aproximada de 9,7 cm e diâmetro de 8 cm, com resistência térmica adequada para bebidas quentes e frias, nos exatos termos descritos no termo de referência.	330		
08	Canetas institucionais do tipo esferográfica, confeccionadas em metal, com escrita média, ponta de 1,0 mm e tinta azul, dotadas de mecanismo retrátil resistente e adequado ao uso contínuo. Possuem personalização com a logomarca da Polícia Civil do Estado do Pará, aplicada por técnica compatível com o material metálico, assegurando durabilidade, legibilidade e acabamento de qualidade, nos exatos termos descritos no termo de referência.	330		
09	Bloco de notas institucionais , com encadernação em espiral wire-o na cor preta, dimensões aproximadas de 21 x 14 cm, capa e contracapa em papel couchê com gramatura mínima de 300 g/m ² e miolo em papel sulfite com gramatura mínima de 75 g/m ² , composto por 120 folhas internas sem pauta. Possui espiral wire-o com diâmetro aproximado de 20 mm, compatível com a quantidade de folhas, permitindo abertura total e manuseio adequado, nos exatos termos descritos no termo de referência.	330		
10	Pasta para documentos com aba em papel couchê brilho: Gramatura: 300g/m ² . Formato Fechado: 22 cm x 31 cm. (compatível com folhas A4).Aba: Contendo 01 (uma) aba interna colada na parte inferior direita.	500		
Valor Total (Lote 02)				R\$

5.3 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.

Fone.: (91) 99988-3779 contratospcpa2@gmail.com
Identificador de autenticação: 8564aa5f-c7ee-4dc3-b41f-4e4004115f3d

Nº do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

fcm

5

Página: 5 de 15



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



CLÁUSULA 6ª

Entrega, Local, Prazo e Condições para Recebimento do bem

6.1. O objeto será recebido:

- a) **Provisoriamente**, para fins de conferência inicial e posterior verificação da conformidade do material com as especificações;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e a consequente aceitação pela Contratante.

6.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante a conferência da quantidade solicitada, ficando a aceitação condicionada à posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.

6.3. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação da compatibilidade do material com as especificações estabelecidas.

6.3.1. O recebimento dos produtos estará condicionado à estrita observância das respectivas descrições técnicas, cuja verificação competirá ao representante da Contratante.

6.4. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, conforme praxe do fabricante, contendo identificação com nome, endereço, telefone para contato e endereço eletrônico do fabricante.

6.5. DO PRAZO DE ENTREGA:

6.5.1. O material deverá ser entregue na sua totalidade, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato e emissão da competente nota de empenho.

6.6. DO LOCAL DE ENTREGA:

6.6.1. Os bens deverão ser entregues no Setor de Patrimônio, situado no Bloco B do Complexo da Delegacia-Geral da Polícia Civil, localizado na Avenida Magalhães Barata, nº 209, bairro Nazaré, Belém/PA, CEP 66.040-170.

CLÁUSULA 7ª

Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado à Contratada por meio de ordem bancária em até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura do produto, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato ou pela Comissão de Recebimento, juntamente as certidões de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal;

7.2. O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADA, cujos dados são:

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



Banco Banpará/diversos.

Agência Conforme fatura.

Conta Conforme fatura.

7.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

7.4. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

7.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização de regularidade fiscal quanto à inadimplência da

7.7. Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;

7.9. Concomitante à notificação à Contratada, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e a Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

7.10. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber;

7.13. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;

7.14. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

7.15. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;

7.16. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;

7.17. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;

7.18. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

7.19. A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.

7.20. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



7.21. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA 8ª

Dotação orçamentária

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	40101.
Fonte	01500000001.
Programa de Trabalho	06.122.1297.8338.
Elemento de Despesa	339030.
Plano Interno	4110008338C.

CLÁUSULA 9ª

Reajuste

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que é 27/01/2026.

9.2 Após o interregno de um ano, e mediante pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - IBGE, ou outro índice definido pelo Governo Federal que porventura venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

9.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

9.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

9.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor; Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 10

Da garantia contratual

10.1. Não há exigência de garantia contratual, em razão da baixa complexidade do objeto.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



CLÁUSULA 11

Obrigações das partes

11.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- 11.1.1.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado;
- 11.1.2.** Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços constantes no objeto do Contrato;
- 11.1.3.** Promover o recebimento do objeto licitado, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no Termo de Referência do Edital do **Pregão Eletrônico nº xxxxx/2026 – PC/PA**;
- 11.1.4.** Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previstas neste instrumento contratual;
- 11.1.5.** Designar servidor(es) para acompanhar a execução do Contrato;
- 11.1.6.** Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;
- 11.1.7.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 11.1.8.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;
- 11.1.9.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vício, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.1.10.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.1.11.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 11.1.12.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 11.1.13.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.1.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. A CONTRATADA tem a obrigação de:

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.

Fone.: (91) 99988-3779

contratospcpa2@gmail.com

Identificador de autenticação: 8564aa5f-c7ee-4dc3-b41f-4e4004115f3d

Nº do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

fcm

10

Página10 de 15



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



11.2.1. Entregar o objeto em conformidade qualitativa, quantitativa e no prazo estabelecido, com o devido termo de garantia do produto ou equivalente, conforme prescreve o art. 50 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.078/90, devendo o objeto estar em perfeita sintonia com todas as exigências especificações técnicas previstas no Termo de Referência e seus anexos;

11.2.2. A contratada obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

11.2.3. A contratada deverá proceder à reposição imediata dos produtos que apresentarem defeitos durante o prazo de vigência da garantia, tão logo seja formalmente notificada pela Contratante.

11.2.4. O prazo de garantia será de, no mínimo, 01 (um) ano para a matéria-prima e 01 (um) ano para defeitos de fabricação, abrangendo, inclusive, eventuais avarias ocorridas durante o transporte até o local de entrega.

CLÁUSULA 12

Responsabilidade por danos

12.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente da CONTRATADA.

12.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros é exclusivamente sua.

12.3. O contratante não responderá pelos compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 13

Infrações e sanções administrativas

13.1. Constituem infrações administrativas da CONTRATADA a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE/USUÁRIO ou ao	Impedimento de licitar e contratar*



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Dar causa à inexecução total do contrato.

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

13.2. O atraso superior a **60 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa

Moratória

Compensatória

a. **2%** sobre o valor da parcela inadimplida por **10%** sobre o valor total do contrato, no caso de

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.

Fone.: (91) 99988-3779

contratospcpa2@gmail.com

Identificador de autenticação: 8564aa5f-c7ee-4dc3-b41f-4e4004115f3d

fcm

12

Nº do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

Página 12 de 15



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



dia de atraso injustificado até o limite de **30** inexecução total do seu objeto.
dias corridos.

13.5. Antes da aplicação das sanções, a CONTRATADA será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido à CONTRATADA, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

13.7. Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

13.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. A aplicação das sanções deve observar:

- a) A natureza e gravidade da infração.
- b) As peculiaridades do caso.
- c) As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d) Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e) A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

13.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Alterações do contrato

14.1. As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

14.2. Caso haja interesse público, o CONTRATANTE poderá alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

14.3. As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

14.5. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 15

Extinção do contrato

15.1. Verificada a não execução do contrato por culpa da Contratada, esta ficará constituída em mora, devendo ser instaurado o competente procedimento de apuração de inexecução contratual, com vistas à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

15.2. Na hipótese prevista no item 16.1, poderá a Contratante, a seu critério, optar pela extinção do contrato, bem como adotar as medidas legalmente previstas para assegurar a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 16

Fiscalização

16.1. O cumprimento do contrato será fiscalizado pela servidora **Maíra Cristina Barros de Azevedo**, CPF nº 854.047.642-87, matrícula nº 54185815, lotada na Diretoria de Administração, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

16.2. Todas as ocorrências e eventuais deficiências verificadas na execução do contrato serão registradas em relatório próprio, sendo encaminhadas cópias à Contratada para avaliação e adoção das providências corretivas que se fizerem necessárias.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



16.3. A existência e a atuação da fiscalização por parte da Contratante não excluem nem reduzem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada quanto à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA 17

Interpretação

17.1. As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 18

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

18.1. Observado o disposto na Cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 19

Divulgação e publicação

19.1. O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Pará e no Diário Oficial da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

19.2. Caberá à Contratante promover a divulgação do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 20

Foro

20.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Estado do Pará, comarca da cidade de Belém/PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios decorrentes da execução do presente Termo de Contrato que não puderem ser solucionados por meio de conciliação, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Belém (PA), ____ de _____ de 2026.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR

Delegado-Geral

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXX

CONTRATADA

Av. Governador Magalhães Barata, 209, bloco C (1º Piso) Nazaré, Belém, Pará.

Fone.: (91) 99988-3779

contratospcpa2@gmail.com

Identificador de autenticação: 8564aa5f-c7ee-4dc3-b41f-4e4004115f3d

Nº do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

fcm

15

Página15 de 15



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2049100

Anexo/Sequencial: 56

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Flávio Carlos de Meireles, **CPF:** ***.906.226-**

Em: 28/01/2026 12:14:09

Aut. Assinatura: d9bca9bdf11e6c3fee95ed59c33f258c57bbab78330e751476ce2126195b9120



Identificador de autenticação: 8564aa5f-c7ee-4dc3-b41f-4e4004115f3d

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>